

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA****Autoridade de Segurança Alimentar e Económica****Despacho n.º 9552/2014**

Em cumprimento do despacho 19 de maio de 2014, do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Economia, de deferimento do recurso hierárquico interposto pelo trabalhador Pedro Vasco Costa Lopes, torna-se público que, por meu despacho de 24 de junho de 2014, procedeu-se à integração na categoria de Inspetor-Adjunto, da carreira de Inspetor-Adjunto, do mapa de pessoal desta Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, do referido trabalhador, com efeitos a partir de 07 de julho de 2014.

10 de julho de 2014. — O Inspetor-Geral, *Pedro Portugal Gaspar*.  
207970258

**MINISTÉRIO DA SAÚDE****Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.****Despacho n.º 9553/2014**

Nos termos do artigo 36.º, n.º 2, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto -Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, e no uso da faculdade conferida pela deliberação do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., n.º 22/2014 de 12 de dezembro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 10 de janeiro de 2014, subdelego na Diretora do Departamento de Gestão e Administração Geral (DAG), cargo de direção intermédia de 1.º grau, licenciada Carla Alexandra de Menezes Moutinho Henriques Gonçalo Catarino, a competência para ao abrigo do disposto no artigo 109.º n.º 1 do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, praticar os seguintes atos:

a) Proceder às notificações previstas nos artigos 77.º, 85.º e 100.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

b) Nos termos do artigo 36.º do Código de Procedimento Administrativo fica a Diretora do Departamento de Gestão e Administração Geral autorizada a subdelegar as competências que lhe são delegadas pelo presente despacho.

O presente despacho produz efeitos desde 15 de novembro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados no âmbito dos poderes agora subdelegados.

15 de julho de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *João Carvalho das Neves*.

207966979

**Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.****Aviso n.º 8489/2014**

Por deliberação do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., de 10 de julho de 2014, torna-se pública a lista homologada de classificação final dos candidatos relativa ao procedimento simplificado de recrutamento de pessoal médico, que concluíram o respetivo internato médico na 2.ª época de 2013, para preenchimento de dois postos de trabalho na categoria de Assistente de Endocrinologia da Carreira Especial Médica, aberto pelo Aviso n.º 1628/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 25, de 5 de fevereiro de 2014:

- 1.º Raquel Margarida Gomes Martins: 19,80 valores
- 2.º Teresa Cristina Maria Ferreira Azevedo: 19,36 valores
- 3.º Sofia Manuela Mota de Gouveia Gonçalves da Silva: 19,24 valores

14 de julho de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARSC, I. P., *José Manuel Azenha Tereso*.

207969984

**Aviso n.º 8490/2014**

Por deliberação de 10 de julho de 2014 do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., torna-se público que foi anulada a deliberação, 12 de junho de 2014, de homologação da lista de classificação final dos candidatos ao procedimento concursal

simplificado para preenchimento de dois postos de trabalho na categoria de Assistente de Endocrinologia da Carreira Especial Médica, aberto pelo Aviso n.º 1628/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 25, de 5 de fevereiro de 2014 e publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 121, de 26 de junho de 2014 — Aviso n.º 7479/2014.

14 de julho de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARSC, I. P., *José Manuel Azenha Tereso*.

207969902

**Aviso n.º 8491/2014**

Para os devidos efeitos, torna-se público que o procedimento simplificado de seleção a nível regional conducente ao recrutamento de assistentes da área hospitalar de Medicina Física e de Reabilitação da carreira médica hospitalar para ocupação de dois postos de trabalho, aberto por aviso 1631/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 25, de 5 de fevereiro de 2014, ficou deserto por desistência de todos os candidatos admitidos.

15 de julho de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARS do Centro, I. P., *José Manuel Azenha Tereso*.

207970282

**Aviso n.º 8492/2014**

Por deliberação do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., de 10 de julho de 2014, torna-se pública a lista homologada de classificação final dos candidatos relativa ao procedimento simplificado de recrutamento de pessoal médico, que concluíram o respetivo internato médico na 2.ª época de 2013, para preenchimento de quatro postos de trabalho na categoria de Assistente de Anestesiologia da Carreira Especial Médica, aberto pelo Aviso n.º 1842/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 27, de 7 de fevereiro de 2014:

- 1.º Nuno Ricardo Xavier Correia Moinho: 17,13 valores
- 2.º António Manuel Mendes Soares Almeida: 16,92 valores

Candidatos excluídos:

- Elsa Maria Costa Silva Santos Oliveira a)
- Fernando Jorge Correia a)
- Maged Zarif Léon a)
- Maria Catarina Luís Rodrigues a)

a) Candidato excluído por falta de comparência à entrevista de seleção

15 de julho de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARSC, I. P., *José Manuel Azenha Tereso*.

207970469

**Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.****Aviso (extrato) n.º 8493/2014**

**Procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhador com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de 3 postos de trabalho destinados a técnicos de diagnóstico e terapêutica área de Fisioterapia, no âmbito regional do Mapa de Pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP — Agrupamento de Centros de Saúde Almada-Seixal.**

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 564/99 de 21 de dezembro, e verificada a situação de inexistência de trabalhadores em situação de requalificação, conforme previsto no n.º 5 do artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 231, de 28 de novembro, torna-se público que, por despacho do Vogal do Conselho Diretivo deste Instituto, de 5 de maio de 2014, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis, a contar da data da publicação no *Diário da República*, procedimento concursal comum, tendo em vista o preenchimento de 3 postos de trabalho para a categoria de técnico de 2.ª classe de fisioterapia da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do Mapa de Pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para o Agrupamento dos Centros de Saúde de Almada-Seixal.

1 — Conteúdo funcional dos postos de trabalho a ocupar

Perfil de competências: Experiência profissional comprovada no contexto da área de atuação para a qual é desenvolvido o presente pro-

cedimento (de acordo com alínea g) do artigo 5.º, e artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de dezembro), que tenha permitido adquirir conhecimentos nas matérias relacionadas com as atividades a desenvolver.

2 — Índice remuneratório e condições de trabalho

A remuneração é a correspondente ao escalão e índice, da categoria de Técnico de 2.ª Classe, das tabelas constantes do anexo I ao Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de dezembro, sendo as condições de trabalho e regalias sociais, genericamente, as vigentes para os trabalhadores com relação jurídica de emprego público titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. O posicionamento remuneratório está ainda sujeito ao previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

3 — Local de trabalho

As funções serão exercidas nas instalações do Agrupamento dos Centros de Saúde de Almada-Seixal.

4 — Legislação aplicável

O presente concurso é regulado pelo Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de dezembro e Portaria n.º 721/2000, de 5 de setembro, e ainda pelas disposições constantes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e respetivas alterações que lhe têm vindo a ser introduzidas, e Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro.

5 — Âmbito de recrutamento

Nos termos do n.º 2, do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, só podem ser admitidos ao presente concurso os trabalhadores que tenham previamente constituída relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

6 — Requisitos de admissão

6.1 — São requisitos gerais e especiais de admissão a concurso, definidos no artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de dezembro:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excecionados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Possuir as habilitações literárias e profissionais legalmente exigíveis para o desempenho do cargo;
- c) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- d) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- e) Ser física e mentalmente saudável e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória;
- f) Ser detentor de relação jurídica de emprego público previamente constituída, por tempo indeterminado.

6.2 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados por tempo indeterminado, na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P. idênticos aos que, para cuja ocupação, se publicita o procedimento.

7 — Prazo de validade

O presente recrutamento destina-se ao preenchimento dos postos de trabalho colocados a concurso (3), no prazo de um ano, contado a partir da data da publicação da homologação da lista de classificação final.

8 — Formalização das candidaturas

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante o preenchimento obrigatório de formulário de candidatura, disponível na funcionalidade “concursos” da página eletrónica da ARSLVT, I. P., que deverá ser dirigido ao Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

8.2 — Só é admissível a apresentação de candidatura em suporte de papel.

8.3 — A entrega das candidaturas poderá ser efetuada: Pessoalmente no ACES Almada-Seixal, na Rua Branca Saraiva de Carvalho, n.º 9-C — 2845-452 Amora, das 09 às 17 horas, ou, através de correio registado e com aviso de receção, até ao termo do prazo fixado, para a mesma morada, anteriormente mencionada.

8.4 — A candidatura deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Formulário de candidatura (devem ser preenchidos todos os dados);
- b) Fotocópia comprovativa das Habilitações literárias;
- c) Categoria, serviço e local onde desempenha funções;
- d) Identificação do concurso, com indicação do número do aviso, a categoria a que concorre;
- e) Endereço e email para onde deverá ser enviada documentação relativa ao concurso.

8.5 — O formulário de admissão deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

- a) Declaração atual, passada pelo serviço a que se encontra vinculado o candidato, da qual constem de forma pormenorizada e inequívoca, a

existência e a natureza da relação jurídica de emprego público detida, e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;

b) *Curriculum Vitae* detalhado e assinado, do qual constem as habilitações académicas, as habilitações e qualificações profissionais (ações de formação e outras), a experiência profissional, com indicação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidata, bem como quaisquer outros elementos que os interessados consideram relevantes para a apreciação do seu mérito;

c) Fotocópia comprovativa das habilitações profissionais;

d) Fotocópia de certificados comprovativos das ações de formação frequentadas;

e) Documento comprovativo da titularidade dos requisitos gerais indicado no ponto n.º 6.1 deste aviso, ou, no caso das alíneas c), d) e e), declaração, sob compromisso de honra, no próprio formulário, em caso de possuírem aqueles requisitos;

f) Fotocópia ou número do bilhete de identidade ou Cartão do Cidadão;

g) Outros documentos que o candidato considere relevantes para apreciação do seu mérito.

8.6 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

8.7 — Nos termos do n.º 3 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de dezembro, o júri pode, ainda, exigir aos candidatos a apresentação de documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam relevar para apreciação do seu mérito.

9 — Composição e identificação do Júri

O Júri do presente procedimento terá a seguinte composição:

Presidente: Maria João Vasques Casimiro, Técnica Principal de Fisioterapia, em funções no ACES Almada-Seixal;

Vogais Efetivos:

1.ª Vogal: Maria Alexandrina Lopes Costa, Técnica Principal de Fisioterapia, em funções no ACES Almada-Seixal, a qual substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.ª Vogal: Ângela Maria Correia de Figueiredo Abreu Pereira, Técnica de 1.ª Classe de Fisioterapia, em funções no Hospital Garcia de Orta, EPE;

Vogais suplentes:

1.ª Vogal: Maria do Rosário Manso Mendes Pereira Ferreira, Técnica Principal de Fisioterapia, em funções no Hospital Garcia de Orta, EPE;

2.ª Vogal: José Eduardo Cruz Ressurreição, Técnico Principal de Fisioterapia, em funções no Hospital Garcia de Orta, EPE.

10 — Métodos de Seleção

10.1 — O método de seleção aplicável é a avaliação curricular complementada com entrevista profissional de seleção, de acordo com o disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de dezembro, e no artigo 2.º da Portaria n.º 721/2000, de 5 de setembro, em conjugação com o artigo 34.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, diploma que aprova o Orçamento de Estado para 2014.

A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais do candidato na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respetivo currículo profissional.

A entrevista profissional de seleção visa avaliar, numa relação inter-pessoal e de forma objetiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

10.2 — Nos termos do artigo 2.º da Portaria n.º 721/2000, de 5 de setembro, o método de seleção a utilizar será o de avaliação curricular, complementada com entrevista profissional de seleção, sendo os candidatos ordenados de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{(3 \times AC) + E}{4}$$

sendo:

CF = classificação final;

AC = avaliação curricular;

E = entrevista profissional de seleção.

10.3 — Consideram-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores, como tal se considerando por arredondamento a classificação inferior a 9.5 valores.

10.4 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular bem como da entrevista profissional de seleção, constam de ata de reunião do júri do concurso, que será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

10.5 — A lista de candidatos admitidos e excluídos bem como a lista de classificação final, serão publicitadas nos termos dos artigos 51.º, 52.º e 60.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de dezembro.

11 — Igualdade de oportunidades no acesso ao emprego

Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

12 — Publicitação na Bolsa de Emprego Público

Nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de dezembro, o presente aviso será publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, por extrato, e ainda na Bolsa de Emprego Público e no portal da Administração Regional de Saúde, ([www.arslvt.min-saude.pt](http://www.arslvt.min-saude.pt)).

26 de junho de 2014. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre.

207966865

#### Despacho (extrato) n.º 9554/2014

Por despacho de 02/06/2014 do Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, e nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, foi exonerado a seu pedido, o Assistente da Carreira Médica de Clínica Geral e Familiar, Fernando Lopes Barata, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP — Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Sul/Centro de Saúde de Torres Vedras, com efeitos a 18 de junho de 2014.

27 de junho de 2014. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre.

207966249

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P.

#### Aviso n.º 8494/2014

Nos termos do previsto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que se encontra afixada a Lista Unitária de Ordenação Final, após homologação, no placard da Direção de Gestão de Recursos Humanos do INSA, IP, estando ainda disponível em [www.insa.pt](http://www.insa.pt), referente ao procedimento concursal publicado através do Aviso n.º 14768/2013, de 2 de dezembro.

15 de julho de 2014. — A Diretora de Gestão de Recursos Humanos, Paula Caires da Luz.

207967942

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas Figueira Norte, Figueira da Foz

#### Aviso n.º 8495/2014

Por despacho do Diretor do Agrupamento de Escolas Figueira Norte, foram homologados os Contratos de Trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e incerto, referentes ao ano lectivo 2013/2014. Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público a lista nominativa da homologação dos docentes abaixo indicados:

Grupo de recrutamento	Nome do docente	Índice remuneratório	Início de funções
290	Maria Manuel Cabete da Encarnação	151	01/09/2013
510	Cristina Maria Caneira Lourenço Pereira	151	01/09/2013
500	Silvia de Jesus de Vidigal e Almada Lobo	151	25/09/2013
620	Rui Luís Guerra Bárrio Vieira	151	25/09/2013
997	Pedro Miguel Moreira da Silva	112	26/09/2013
520	Natércia Orlanda da Costa Pascoal	151	30/09/2013
510	Telma Margarida Veiga Fernandes	151	10/10/2013
600	Sérgio Manuel Bastos Gomes	151	18/10/2013
910	Cátia Marina Teixeira Monteiro	151	21/11/2013
910	Rita Isabel Vieira Gândara	151	28/11/2013
600	Carla Cristina Carvalho Soares	151	05/12/2013
110	João Dinis Graça Fernandes	151	27/01/2014
330	Carla Marisa Martins Robalo	151	25/02/2014
100	Maria Antónia Paz Ferreira S. Oliveira Marques	151	12/03/2014

19 de junho de 2014. — O Diretor, José Luís Gomes dos Santos Ribeiro.

207969708

#### Aviso n.º 8496/2014

Nos termos do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que os seguintes funcionários cessaram funções por motivo de aposentação:

Nome	Categoria	Grupo de recrutamento	Data
Fernandino João de Sousa Ribeiro Seco	Professor	110	30/09/2013
Maria Lucília Silva Fernandes	Professor	110	30/09/2013
Maria da Graça Santos Figueiredo	Professor	110	30/11/2013
José Manuel Almeida Pinto	Assistente técnico	—	30/11/2013
Maria Henriques Duarte	Professor	510	28/02/2014

19 de junho de 2014. — O Diretor, José Luís Gomes dos Santos Ribeiro.

207970022